

BREVE ESTUDO SOBRE A IDENTIDADE E A TERRITORIALIDADE KAIMBÉ EM CAPAS DE PUBLICAÇÃO DA UNEB

Sônia Regina de Araújo Caldas¹

Alfons Heinrich Altmicks²

Anayme Aparecida Canton³

RESUMO

Em consonância com a proposta da 22ª Semana de Mobilização Científica (SEMOC), promovida pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), esta comunicação representa o esforço teórico do Núcleo de Estudos em Comunicação (NEC), dos Cursos de Comunicação Social da UCSAL, cujo escopo é o de analisar uma das diversas contribuições dos professores e estudantes do Colégio Estadual Indígena Dom Jackson Berenguer Prado para a afirmação étnica Kaimbé, qual seja, o projeto de ilustração de capa para os livros “De tempos em tempos: nossas histórias Kaimbé”. Perfaz uma iniciativa de pesquisa, cujo resultado deverá subsidiar uma investigação etnográfica mais ampla sobre a presença indígena no mercado editorial. Trata-se de uma prospecção, fundamentada na literatura contemporânea disponível sobre o tema, o que lhe vale o caráter compilatório de pesquisa bibliográfica, e na análise documental da supracitada publicação.

PALAVRAS-CHAVE: Territorialidade. Identidade étnica. Indígenas Kaimbé. Mercado editorial.

1. INTRODUÇÃO

Não raramente, a heterogenia cultural indígena provoca equívocos sobre o processo de integração das populações indígenas à sociedade de entorno⁴, porquanto haja uma miríade de nuances culturais, a ser realçada, quando se toma, para análise, o tema da cultura indígena e suas relações com a construção da

¹ Licenciada em Letras Vernáculas com Língua Estrangeira (UFBA), bacharel em Artes Plásticas (UFBA). Especialista em Análise do Discurso Verbal e Não-Verbal (UCSAL). Doutora em Letras e Linguística na área de Literatura Comparada - Estudos Culturais (UFBA). Docente integrante dos quadros da Universidade Católica do Salvador. E-mail: sonia.caldas@pro.ucsal.br

² Graduado em Comunicação Social (UCSal) e em Pedagogia (FAZAG). Especialista em Metodologia e Didática do Ensino Superior (UCSal), em Educação e Novas Tecnologias (ESAB), em Ludopedagogia (FETREMIS) e em Educação e Direitos Humanos (UFBA). Mestre em Ciências da Educação (USC). Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSal). Docente integrante dos quadros da Universidade Católica do Salvador. E-mail: alfons.altmicks@pro.ucsal.br

³ Graduada em Pedagogia (FAZAG). Especialista em Psicopedagogia Clínica, Institucional e Hospitalar (FVC). Mestranda em Educação de Jovens e Adultos (UNEB). E-mail: anaymecanton@hotmail.com

⁴ “Sociedade do entorno”, expressão cunhada pelos antropólogos brasileiros ao se referirem aos agrupamentos urbanos e rurais que circundam as aldeias ou os territórios indígenas (LINDOSO, 2008).

identidade brasileira. Com efeito, cada povo indígena é constituído de idiosincrasias e especificidades, que o tornam único, eleito na beleza e na riqueza do seu manancial cultural. No Brasil, conquanto o desconhecimento sobre o universo indígena seja acintoso e sistemático, constituindo um projeto de negação de uma matriz étnica (CANTON, 2018), a diversidade de culturas indígenas termina posta sob a égide de um indianismo genérico, no qual é ressaltado o estereótipo do silvícola, seminu, ingênuo, ignorante.

Esse reducionismo é subscrito, inclusive, às concepções sobre a maneira como as populações indígenas se apropriam das instituições não-indígenas, resignificando-as. A despeito de, flagrantemente, mal acomodadas às dinâmicas da sociedade de entorno, as etnias⁵ indígenas se relacionam com instituições não-indígenas, como a escola, a universidade, o modelo de família, a estrutura de saúde pública etc. Obviamente, esse convívio requer o desenvolvimento de estratégias de adaptação, em relação a essas instituições. Aos olhos dos não-indígenas, essas estratégias ratificam a imagem reducionista do índio como um ser inferior (MEADER, 1976; OLIVEIRA, 1998;1999; BATISTA, 2011; CANTON, 2018).

Todas essas pechas, evidentemente, não passam despercebidas pela população Kaimbé, sobretudo, porque padece, igualmente, das mesmas acusações supracitadas, abertamente ou de forma velada (REESINK, 1983; 1984; 2017; REESINK, MCCALLUM e RESTREPO, 2017). Vivendo no *Sertão do Massacará*, município de Euclides da Cunha, Bahia, os Kaimbé convivem com conflitos e desconfianças, acerca do seu estatuto de indianeidade⁶, manifestados em termos pejorativos, com os quais muitos não-indígenas da Região se referem às suas comunidades: *Índios de mentira*, *caboclos arrocheiros*⁷, *caboclos de araque*⁸ etc.

Nesse contexto, o Colégio Estadual Indígena Dom Jackson Berenguer Prado surge, como um elemento contra-hegemônico de afirmação étnica Kaimbé,

⁵ O vocábulo “Etnia” traduz a convicção que um grupo de indivíduos sustenta sobre as suas especificidades culturais, linguísticas, estéticas, biológicas e religiosas.

⁶ Por “indianeidade”, entende-se a assunção de uma cosmovisão legitimamente indígena, tradutora da sua identidade étnica, do seu pertencimento e da sua territorialização. O termo, assim, ganha similaridade, por exemplo, com a ideia de “negritude”, que denota, no Brasil, a identidade cultural comum aos descendentes dos povos colonizadores de matriz africana (GONÇALVES, 2015).

⁷ Referência ao “Arrocha”, gênero musical popular, muito apreciado na região.

⁸ Segundo Sousa (2018), a expressão “de araque”, cujo significado é “de mentira, falso”, tem origem na bebida árabe, *arak*, trazida ao Brasil pelos imigrantes árabes. Segundo o autor, os brasileiros, afirmavam que o *arak* era uma “cachaça falsa”. Dai, “de araque” se tornar sinônimo de “falso”.

importante como mantenedor da identidade da população indígena do Massacará, território que ocupam os Kaimbé, desde tempos imemoriais. As relações simbólicas, presentes às dinâmicas de comunicação para a legitimação da identidade indígena, mantidas na instituição, respondem pela afirmação étnica Kaimbé e matizam a sua identidade, diante do sentido de pertencimento⁹ ao Território Indígena do Massacará.

É escopo deste pequeno estudo analisar uma das muitas e inequívocas contribuições dos professores e estudantes do Colégio Estadual Indígena Dom Jackson Berenguer Prado para a afirmação étnica Kaimbé, qual seja, o projeto de ilustração de capa para os livros “De tempos em tempos: nossas histórias Kaimbé” (CÔRTEZ, 2010), organizado pela professora Clélia Neri Côrtes, lançado no ano de 2010. A publicação é voltada ao público infantil e contém o registro do imaginário e da cosmogonia Kaimbé, expresso na contação de histórias, realizada pelos membros mais idosos da etnia. Ao longo das suas 62 páginas, fartamente ilustradas pelos estudantes do 5º ao 9º anos da supracitada instituição, a identidade Kaimbé e a sua territorialidade ficam patentes, tanto nas histórias contadas quanto nos desenhos que as enriquecem.

2. KAIMBÉ: TERRITÓRIO E IDENTIDADE

Completamente incluído no chamado “Polígono da Seca”, o Território Indígena do Massacará está situado na Região Econômica do Nordeste da Bahia e abriga cerca de 1.150 indígenas da etnia Kaimbé¹⁰, que ocupam 8.020 hectares de

⁹ O termo “pertencimento” é utilizado em duas asserções complementares: corroborando a crença que um grupo portador de identidade étnica formula sobre a sua origem, histórica, genealógica, religiosa ou cultural, comum entre os seus membros; e sinalizando a importância do território geográfico para a assunção dessa identidade étnica. Esta opção toma como base o trabalho do antropólogo indiano Appadurai (2006), cuja concepção de “pertencimento” contém a relação intrínseca entre a cultura e a identidade étnica de um povo e seu território, de maneira que um processo de desterritorialização implica naturalmente o esfacelamento cultural de um povo e o consequente prejuízo para a sua identidade étnica.

¹⁰ Há algum desacordo sobre este quantitativo. Segundo o censo promovido pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), seriam 1.002 indivíduos (BRASIL, FUNASA, 2010). Para a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), 997 indivíduos (BRASIL, MS, 2013a). Para o Departamento de Gestão da Saúde Indígena (DGESI) e o Departamento de Atenção à Saúde Indígena (DASI), 1065 indivíduos (BRASIL, MS, 2013b). Optou-se por uma aproximação ao número fornecido pelo Vice-Cacique Ivanilton Narciso Pereira Kaimbé, em entrevista, segundo o qual haveria 1.156 indivíduos, “[...] de

terra, reconhecidos pelo Fundação Nacional do Índio (FUNAI), localizados no município de Euclides da Cunha, Mesorregião Geográfica do Nordeste baiano, Região Administrativa de Serrinha, Território de Identidade do Semiárido do Nordeste II, a 326 km da capital baiana, Salvador.

Embora os estudos paleoantropológicos praticamente inexistam na região, alguns indícios, recentemente encontrados, em povoados próximos ao núcleo Kaimbé, apontam para o fato de que esta etnia já habitava o sítio entre os rios Itapicuru e Vaza-Barris, desde antes da chegada dos europeus em terras do Brasil (CANTON, 2018). O contato entre os Kaimbé e os não-indígenas ocorreu no século XVII por ocasião da expansão territorial, promovida pela Casa da Torre, e não teria sido pacífico. Perseguidos pela Casa da Torre, os Kaimbé encontraram proteção entre os jesuítas, do que teria se originado a primeira missão do semiárido brasileiro, a Missão Jesuítica do Massacará, além do aldeamento da Santíssima Trindade de Massacará, fundado em 1639 (OLIVEIRA, 1993).

A presença jesuíta na região e a fundação da missão intensificaram os conflitos entre os Kaimbé e a Casa da Torre, culminando com a demolição de residências e da antiga Igreja da Santíssima Trindade do Massacará, em 1669 (LEITE, 1989). Posteriormente, Francisco Dias d'Ávila, o terceiro de seu nome, arrefeceu e ajudou a soerguer a igreja destruída. De toda sorte, os constantes conflitos afastaram, aos poucos, os jesuítas da Serra do Massacará, fazendo com que abandonassem, definitivamente, a região, nas últimas décadas do século. Em 1689, a missão passou a ser administrada pelos franciscanos (REESINK, 1984; OLIVEIRA, 1993).

A precedência da Missão da Santíssima Trindade de Massacará provocou, entre os séculos XVII e XVIII, a anuência de terras da região aos Kaimbé, por parte da Coroa Portuguesa. Por doações régias¹¹, foi doada, aos indígenas, uma légua de terras, em quadra, tomando como ponto de partida a antiga Igreja da Santíssima Trindade do Massacará e avançando, num polígono octogonal, por dentro das terras, antes pertencentes à Casa da Torre. O aldeamento do Massacará foi,

mamando e caducando”, em 2018. Entende-se que este quantitativo esteja mais próximo à realidade desta população.

¹¹ Nos termos do Alvará Régio de 23 de novembro de 1700 e da Carta Régia de 1703 (OLIVEIRA, 1993).

oficialmente, extinto em 1888, pelo Governador da província da Bahia, Manuel do Nascimento Machado Portela. De acordo com Souza (1996), neste mesmo ano, vários outros aldeamentos indígenas foram extintos, o que configura “[...] uma política do governo provincial de liquidar com as poucas garantias que ainda restavam aos índios de manutenção dos seus territórios” (SOUZA, 1996, p. 64). Os Kaimbé viveram dispersos e semi-integrados às populações não-indígenas até o final do século XX.

Em 1945, O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) reconheceu a etnia Kaimbé e a “Aldeia do Massacará”, muito embora nenhum benefício tenha sido concedido aos Kaimbé, exceto a presença do primeiro chefe do SPI e da primeira professora do povoado, Dona Silvinha (CÔRTEZ, 2010). Com o fenômeno da Emergência Étnica¹², nos anos de 1970, os Kaimbé voltaram a pleitear as suas terras, o que obrigou à União, em 1982, a designar uma comissão da FUNAI para estudar a demanda da etnia por um território próprio (SOUZA, 1996).

Após firmado um convênio com o Instituto de Terras da Bahia (INTERBA), o Território Indígena do Massacará foi finalmente criado, em 1992, através do Decreto N° 395, de 24 de dezembro de 1991 (BRASIL, 1991). O processo de demarcação foi caracterizado por muitos conflitos, sobretudo, porque houve confusão no entendimento dos técnicos sobre as metragens originais, estabelecidas pelos documentos da Coroa Portuguesa. Dessa forma, em 1985, aconteceu o levantamento fundiário, que resultou na supressão de, aproximadamente, 4.000 hectares de terras indígenas, o que aumentou, consideravelmente, as tensões entre os Kaimbé e os não-indígenas da região¹³. Em 1999, incapaz de conciliar os ânimos, a FUNAI procedeu à desintrusão dos não-indígenas do Massacará (REESINK, 1984; OLIVEIRA, 1993; BRASIL, MPF, 2013).

3. O COLÉGIO ESTADUAL INDÍGENA DOM JACKSON BERENGUER PRADO

¹² Movimento que ganhou força nos anos de 1970 e que primou por reconhecer e oficializar a existência de grupos indígenas, alguns, inclusive, considerados desaparecidos.

¹³ A criação do Território Indígena do Massacará teve como fundamento o Alvará Régio de 1700, cuja concessão estabelecida de “[...] uma légua em quadra a partir da Igreja da Santíssima Trindade” – cerca de 12.300 hectares. Essas medidas não foram respeitadas pelos técnicos da INTERBA, o que promove reivindicações por parte dos Kaimbé até os dias atuais (OLIVEIRA, 1993; SOUZA, 1996; CÔRTEZ, 2010; BRASIL, MPF, 2013; QUEIROZ, 2013).

Fundado em 9 de dezembro de 1968, com o nome de “Colégio Cenesista de Massacará”, o atual Colégio Estadual Indígena Dom Jackson Berenguer Prado funcionava em um pequeno galpão, com apenas três salas de aula, um banheiro, um pátio e uma cozinha, abrigando turmas do 1º ao 9º ano. Originalmente, não era classificado como instituição pertencente ao segmento da educação étnica, porquanto, evidentemente, o povoado do Massacará não fosse reconhecido como território indígena, até a década de 1990. Com este reconhecimento, a instituição passou a chamar-se “Centro Educacional Municipal Indígena Dom Jackson Berenguer Prado”, em homenagem a um bispo católico, assíduo à Região (UFBA, 2012).

A sua gerência esteve municipalizada, até o ano de 2012, quando o seu funcionamento se ampliou, para atender às etapas do Ensino Médio, da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e ao Programa Todos Pela Alfabetização (TOPA). A partir de então, o Colégio foi estadualizado, passando a responder à Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC), inscrito na Diretoria Regional de Educação (DIREC) 12 – Serrinha. Essa transposição administrativa gerou uma cisão de opiniões: parte da comunidade Kaimbé aponta a agilidade com que o Colégio consegue resolver as suas questões, por ter uma administração estadualizada; a outra parte afirma a dificuldade de deslocamento, até a DIREC 12, o que, por vezes, inviabiliza a resolução das questões educacionais.

Sobre o seu material humano, o Colégio Estadual Indígena Dom Jackson Berenguer Prado abriga 56 profissionais, entre governo, corpo docente e corpo administrativo, atuando em prol de 543 estudantes, segmentados em ensino infantil (37 estudantes), ensino fundamental I (142 estudantes), ensino fundamental II (121 estudantes), ensino médio (94 estudantes), EJA (133 estudantes), educação especial (16 estudantes). A todos estes, a instituição oferece alimentação escolar e atendimento educacional especializado.

Em 2018, o Colégio Estadual indígena Dom Jackson Berenguer Prado sofreu uma reforma, de maneira que a sua estrutura fosse adaptada às exigências de acessibilidade e inclusão digital. Nesse sentido, o equipamento foi reformulado, passando a oferecer rampas e corrimãos, para cadeirantes, linhas-guia e inscrições em braile, para cegos, além de uma nova sala de equipamentos digitais, a ser

utilizada no recém-criado Curso Técnico de Informática, fundamental para a construção do conhecimento na comunidade Kaimbé. Nas palavras do Cacique Flávio de Jesus Dias, “[...] o avanço digital, na educação, é uma realidade, e não podemos ficar para trás, inserindo nossos costumes e tradições nesses novos conceitos” (POVOS INDÍGENAS, 2018).

O Colégio Estadual Indígena Dom Jackson Berenguer Prado possui um Projeto Político Pedagógico Escolar Indígena (PPPEI), discutido e atualizado, pelos professores, estudantes, pais de alunos e lideranças Kaimbé, em 2013. Importante salientar que a atualização do PPPEI contou com a supervisão dos professores indígenas Kaimbé, formados ou em formação, à época, no Curso de Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena (LICEEI), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), o que implicou a adesão aos valores interculturais, propostos no projeto formativo. Na prática, o texto do PPPEI traçou objetivos claros, para a instituição, no sentido de fomentar a integração cultural Kaimbé, além de promover a valorização da identidade indígena Kaimbé e da legitimação étnica dos membros da comunidade.

Na trilha desses objetivos, foram criadas duas disciplinas: Língua Indígena¹⁴ e Identidade/Cultura. Ambas funcionam como eixo articulador das atividades pedagógicas da escola, consubstanciando os ideais de afirmação étnica e remetendo os projetos desenvolvidos no Colégio Estadual Dom Jackson Berenguer Prado às dinâmicas culturais e territoriais do povo Kaimbé. A culminância dessa articulação ocorre, nos meses de outubro, quando professores e estudantes Kaimbé encampam as atividades da Feira de Cultura Indígena Kaimbé.

4. A CAPA DA PUBLICAÇÃO “DE TEMPOS EM TEMPOS: NOSSAS HISTÓRIAS KAIMBÉ”

Lançado no ano de 2010, pela EDUFBA, sob a coordenação da Profa. Dra. Clelia Neri Côrtes, o livro “De tempos em tempos: nossas histórias Kaimbé” (CÔRTEZ, 2010) reúne lendas, alegorias e narrativas sobre a História e a cosmogonia indígena Kaimbé. De autoria coletiva – sobretudo, narrado pelos

¹⁴ A língua original Kaimbé foi perdida, restando pouco vocábulos, imprecisos, quanto à sua origem.

moradores mais idosos do Massacará –, o volume se volta ao público infantil, pertencendo ao gênero Contação de Histórias. Dentre os contadores de história, constam os caciques Gregório Dantas, Silvino Narciso, Juvenal Fernandes Pereira e Flávio de Jesus Dias, além dos mestres contadores, Paulo Francisco de Jesus, João Bispo dos Santos, Augustinha Cesarina, Acione Gama, Maria Lúcia Narciso Pereira, Manuel de Cassemira, Maria Madalena, Pedro de Mariquinha e Jocasta Dantas.

Participaram das oficinas de seleção dos textos, ilustração e revisão das histórias, os professores do Colégio Estadual Indígena Dom Jackson Berenguer Prado, Brazelice Ferreira dos Santos, Patrícia Reis Pereira, Lucidalva Gonçalves Dias, Euania Gomes da Silva Justino, Euflosina de Jesus, Cirila Santos Gonçalves, Joana Gonçalves Dias, Paulo Henrique G. dos Santos, além dos colaboradores, Rubens Fernandes Pinheiro, Camila Ferreira Dias e Rodolfo Edivan Moreira.

Alguns bolsistas da FAPESB foram incluídos no projeto. São eles: Carine Monteiro de Queiroz, Vânia Rita dos Santos (ITEC3/UCSAL), Ana Caroline Ferreira Pereira, Edinei Teixeira de Oliveira, Evenílton Narcizo Pereira, Ivanilton Narcizo Pereira, Ivan Carlos Alves dos Santos, Jaime J. da Silva e Eleutério M. dos Reis (Bolsistas locais Kaimbé).

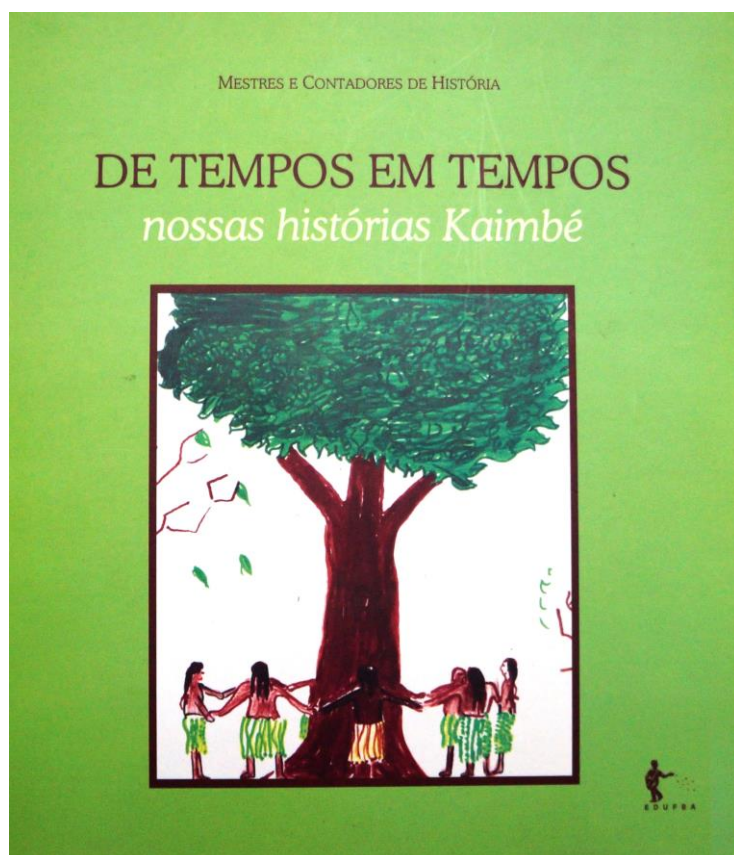
As ilustrações do volume, inclusas as primeira e última capas, foram realizadas por estudantes do 5º ao 9º anos, do Colégio Estadual Indígena Dom Jackson Berenguer Prado, Abraão de Jesus Reis, Abdias de Jesus Reis, Adelson de Jesus Reis, Ainan Menezes da Conceição, Amanda Vitória dos Reis Santos, Bruno Moreira da Gama, Davir Narcizo Pereira, Ítalo Aurélio Reis Rossi, José Santos de Oliveira, Josemar Moreira da Silva, José Moreira da Silva, Marcelo Augusto Fonseca da Silva, Mirian Narciza Pereira, Nívea de Jesus Reis, Rafael Carlos Fernandes Pereira pinheiro e Wanderson Gomes da Silva.

No projeto gráfico das capas, é possível notar elementos típicos do Território Indígena do Massacará, reveladores do pertencimento étnico e da territorialidade Kaimbé. Na primeira capa, percebe-se, sob um fundo verde-abacate, um desenho peculiar, de algumas crianças indígenas Kaimbé, trajadas com vestimentas típicas, feitas de Crauá e tecido de estopa desfiado (muito próprias dos festejos e rituais, promovidos pela etnia), de mãos dadas em torno de uma árvore, que parece representar a Jurema, num gesto de franca reverência à natureza típica do Território

Indígena do Massacará. O gesto insinua, perfeitamente, uma apresentação de Toré, Note-se que a árvore da Jurema, de cuja raiz é feita a infusão, utilizada nos rituais do Toré, é considerada sagrada para os Kaimbé (TROMBONI, 2012).

As imagens da primeira capa da publicação, da árvore da Jurema e do ritual do Toré podem ser conferidas nas figuras 1, 2 e 3, abaixo:

Figura 1 – Imagem da primeira capa da publicação, 2010



Fonte: CÔRTEZ, 2010.

Figura 2 – Árvore da Jurema, 2018



Fonte: ALTMICKS, 2018.

Figura 3 – Toré Kaimbé, 2018



Fonte: ALTMICKS, 2018.

O Toré é uma dança ritualística, compartilhada por, praticamente, todas as etnias indígenas do Nordeste brasileiro. A dança é precedida e finalizada por práticas religiosas veladas, cujo acesso, apenas os indígenas possuem. Por meio do

Toré, as comunidades indígenas entram em contato com os “Encantados”, entidades das suas cosmogonias (ARCANJO, 2003). Para os Kaimbé, o Toré tem conotações simbólicas de resistência étnica, sendo realizado em momentos festivos ou durante os pleitos da comunidade, face às instituições não-indígenas (CANTON, 2018). É salutar que o Toré seja insinuado, na primeira capa do livro, assim como a Jurema, árvore sagrada para os Kaimbé, porquanto o desenho da capa tenha sido confeccionado nas oficinas que partiram da disciplina Identidade/Cultura, ofertada no Colégio Estadual Indígena Dom Jackson Berenguer Prado. Ao trazer o Toré e a Jurema, para o desenho da capa, os estudantes Kaimbé revelam a sua identidade étnica.

A segunda capa do livro – ou capa de verso – traduz um etnomapa, elaborado pelos estudantes do Colégio Estadual Indígena Dom Jackson Berenguer Prado. É possível notar os núcleos de povoamento¹⁵ e os principais marcos territoriais dos Kaimbé, como a Igreja da Santíssima Trindade do Massacará e o terreiro de dança do Toré. Esses elementos revelam um profundo sentimento de territorialidade. Também é importante perceber o quanto as crianças Kaimbé incorporam, ao seu imaginário e ao seu sentimento de territorialidade, as instituições não-indígenas e os elementos arquitetônicos, originais da sociedade de entorno, que compõem a paisagem do Massacará. A naturalidade com que trazem esses elementos demonstra certo conforto em atualizar o conceito de indianeidade Kaimbé, diante de uma urbanidade irreversível ao convívio da sua etnia.

A segunda capa do livro, a distribuição dos núcleos de povoamento Kaimbé, dentro do Massacará e a Igreja da Santíssima Trindade do Massacará podem ser conferidas nas figuras 4, 5 e 6, abaixo:

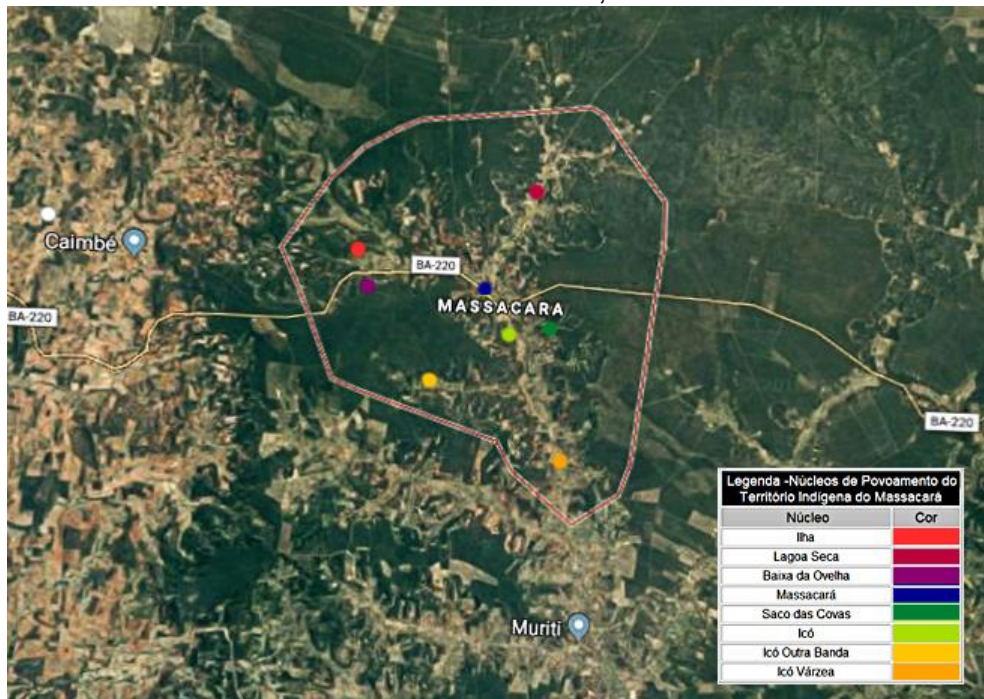
¹⁵ Atualmente, o Território Indígena do Massacará contém oito núcleos de povoamento: Icó, Várzea, Saco das Covas, Outra Banda, Baixa da Ovelha, Lagoa Seca, Ilha e Massacará. Neste último, reside a maior parte dos Kaimbé. A despeito deste reconhecimento fundiário oficial, a população indígena Kaimbé encontra-se pulverizada, também, em diversos outros povoados, localizados no entorno do Território Indígena do Massacará, como os núcleos de Madeira, Caimbé, Muriti, Cipó, Soares, Ferro de Engomar, Junco, Caburé, Pentelho Falhado, Baixa do Enxu, Laje, Gogó da Ema, Aribicé, Serra Branca, Terra Branca, Batipam, Mestre Campo e Vagem, além da própria sede do município, Euclides da Cunha. Há populações Kaimbé, também, nas metrópoles como Salvador e São Paulo.

Figura 4 – Imagem da segunda capa da publicação, 2010



Fonte: CÔRTEZ, 2010.

Figura 5 – Distribuição dos núcleos de povoamento Kaimbé no Território Indígena do Massacará, 2018



Fonte: GOOGLE MAPS, 2018, adaptado por ALTMICKS, 2018.

Figura 6 – Igreja da Santíssima Trindade do Massacará, 2018



Fonte: ALTMICKS, 2018.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização curricular e pedagógica da escola indígena emancipatória consubstancia a apropriação da instituição escolar pelos indígenas, processo que não ocorre sem conflitos, especialmente, porque a escola representa uma instituição que historicamente foi imposta como condição de nivelamento ideológico e negação da sua matriz étnica. No momento em que o indígena se apropria da escola não indígena e ousa ressignificá-la segundo as suas próprias tradições e necessidades pedagógicas, há uma reação de estranhamento e rejeição por parte dos não-indígenas, mas, paulatinamente, essa reação vai cedendo espaço para a aceitação e para o respeito. Sobretudo, se o espaço escolar indígena for utilizado, intencionalmente, como campo de atuação cultural e de legitimação étnica, tal como ocorre no Território Indígena do Massacará, no Colégio Estadual Indígena Dom Jackson Berenguer Prado.

Habitando o Sertão da Bahia, imersos no Polígono da Seca, e lutando pelo seu reconhecimento étnico, os Kaimbé fizeram do seu espaço escolar uma extensão conceitual do seu território, dotando-o dos mesmos significados que atribuem aos



seus espaços místicos e cosmogônicos. A instituição foi, historicamente, ganhando relevância na comunidade, assumindo o papel de mantenedora e difusora da cultura Kaimbé, ao ponto de, atualmente, responder, institucionalmente, pelo ensino, às novas gerações Kaimbé, do manancial cultural do seu povo.

Com efeito, a partir do currículo diferenciado (especialmente, após a inclusão das disciplinas “Língua Indígena” e “Identidade/Cultura”) e das dinâmicas de legitimação da identidade indígena, assumidas pelos corpos docente e discente, o Colégio Estadual Indígena Dom Jackson Berenguer Prado passou a centralizar as atividades culturais da comunidade, expressando-as em eventos internos e externos, a exemplo das oficinas que culminaram com o projeto gráfico do livro “De tempos em tempos: nossas histórias Kaimbé” (CÔRTEZ, 2010). Na confecção das capas dessa publicação, é notável a apropriação e a legitimação da identidade étnica e da territorialidade Kaimbé, evidenciadas na disponibilidade dos elementos culturais da etnia.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. ***Fear of small numbers: an essay on the geography of anger***. Durham: Duke University Press, 2006.

ARCANJO, Joselito Alves. **Toré e identidade étnica: os Pipipã de Kambixurú (Índios da Serra Negra)**. Recife, 2003, 164 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco.

BATISTA, Hildonice de Souza. Memórias indígenas: novos valores para uma educação etnicorracial. **GEPIADDE**, Itabaiana, vol. 10, 28-43 p., Jul-dez de 2011. ISSN: 1982-3916.

BRASIL, FUNASA, Fundação Nacional de Saúde. **Demografia dos Povos Indígenas**. Sistema de Informações da Atenção à Saúde Indígena – SIASI. 2010. Disponível em <<http://www.funasa.gov.br/internet/desai/sistemaSiasiDemografiaIndigena.asp>> Acesso em 14 mar. 2018. BRASIL, MEC (Ministério da Educação). BRASIL, MEC (Ministério da Educação). **Plano Nacional de Educação (2014-2024)**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. (Série legislação; n. 125). 86 p.

BRASIL, MS, Ministério da Saúde, SESAI, Secretaria Especial de Saúde Indígena. **Dados populacionais de 2013 das etnias cadastradas no SIASI, por distrito sanitário especial indígena**. 2013a. Disponível em <http://dw.saude.gov.br/gsid/servlet/mstrWeb?src=mstrWeb.2048001&evt=2048001&share=1&hiddensections=header%2Cpath%2CdockLeft%2Cfooter&visMode=0¤tViewMedia=2&documentID=5DECC34E11E3629D00000080EF2535D4&Server=SRVBIPDF03&Port=0&Project=DMSIASI_4&> Acesso em 25 mar. 2018.

BRASIL, MS, Ministério da Saúde, DASI, Departamento de Atenção à Saúde Indígena. Cartografia 2013. 2013b. Disponível em <http://www.redehumanizaus.net/sites/default/files/cartografia_dsei_ba_vf_2.pdf> Acesso em 25 mar. 2018.

BRASIL, MPF, Ministério Público Federal. **Ação civil pública com pedido de decisão liminar em desfavor da FUNAI – Fundação Nacional do Índio**. Paulo Afonso: 2013, mimeo.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto nº 395**, de 24 de dezembro de 1991. Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Massacará, no Estado da Bahia. 1991. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1991/decreto-395-24-dezembro-1991-449607-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 28 jul. 2017.

CANTON, Anayme Aparecida. A escola como espaço de afirmação da identidade Kaimbé: o recorte feminino. **Revista Olhares Docentes**. Euclides da Cunha, 2, n. 2, p. 124-145, jun./dez., 2018.

CÔRTEZ, Clélia Neri (Org.). **De tempos em tempos: nossas histórias Kaimbé**. Salvador: EDUFBA, 2010. (Col. Mestres e Contadores de Histórias).

GONÇALVES, Bruno Simões. Nem Tupi, nem Tapuia: a busca pela indianeidade brasileira. In. MARTINS, Hildeberto Vieira *et al.* (Orgs.). **Intersecções em Psicologia Social: raça/etnia, gênero, sexualidades**. Vol. 7. Florianópolis: ABRAPSO / Edições do Bosque, 2015. 32-52 p.

LEITE, Serafim, pe. **História da Companhia de Jesus no Brasil**: 4 volumes. São Paulo: Loyola, 1989.

MEADER, Robert E. **Índios do Nordeste**: levantamento sobre os remanescentes tribais do Nordeste brasileiro. Cuiabá: SLI, 1976. 60 p.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Atlas das terras indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: PETI, 1993.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Conferência realizada no concurso para professor-titular da disciplina Etnologia, Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1997. MANA 4, vol. 1, n. 1, p. 47-77, 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1999. 352 p.

POVOS INDÍGENAS. **Educação**: Inaugurada a reforma da Escola Indígena em Euclides da Cunha. 2018. Disponível em: <<http://www.povosindigenas.blog.br/v1/2018/08/26/educacao-inaugurada-a-reforma-da-escola-estadual-indigena-em-euclides-da-cunha/>> Acesso em 15 ago 2018.

REESINK, Edwin Boudewijn. A Questão do Território dos Kaimbé de Massacará: um levantamento histórico". **Gente – Revista do Deptº de Antropologia-FFCH/UFBA**. Salvador, v.1, nº 1, pp. 125-137, Jun-Dez de 1984.

REESINK, Edwin Boudewijn. **Índio ou caboclo**: notas sobre a identidade étnica dos índios do Nordeste. Salvador: Universitas. 1983. pp. 121-137.

REESINK, Edwin Boudewijn. Olhos miúdos e olhos graúdos em Massacará: a ideologia étnica. **Revista Antropológicas**. Recife, Ano 21, v. 28(2), pp. 6-26, 2017.

REESINK, Edwin Boudewijn; MCCALLUM, Cecília; RESTREPO, Eduardo. Apresentação do Dossiê Racismo no Plural nas Américas: povos indígenas e afro-indígenas. **Revista Antropológicas**. Recife, Ano 21, v. 28(2), pp. 1-5, 2017.

SOUSA, Rainer. **De araque**. Brasil Escola. <https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/de-araque.htm> Acesso em 20 nov. 2018.

SOUZA, Bruno Sales de. **Fazendo a diferença: um estudo da etnicidade entre os Kaimbé do Massacará**. Salvador/BA, 1996, 164 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

TROMBONI, Marcos. A jurema das ramas até o tronco. In.: CARVALHO, Maria Rosário; CARVALHO, Ana Magda (Org.). **Índios e caboclos**; a História recontada. Salvador: EDUFBA, 2012. 95-125 p.

UFBA, Universidade Federal da Bahia, Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos, Observatório da Educação Escolar Indígena. **Projeto Yby Yara**. 2012. Disponível em < <http://www.observatorioindigena.ufba.br/>> Acesso em 20 jun. 2018.